

15. MINUTA DE CONTRATO DE INVESTIMENTO PARA EFEITOS DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS:

Da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, a minuta de Contrato para efeitos de empreendimentos estratégicos, a celebrar entre o Município de Braga, IB – Agência para a Dinamização Económica, EM e Iberiana Technical, Lda., documento que faz parte integrante da minuta.

**12. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL
PARA EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO - IBERIANA
TECHNICAL, LDA:**

Da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o pedido de reconhecimento do interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor, em que é promotor **Iberiana Technical, Lda**, empreendimento esse sito na Rua da Veiga, da União das freguesias de Lomar e Arcos - Braga.


Anexa-se informação prestada pela mesma divisão que passa a fazer parte integrante da minuta.

Delib. aprov. Reunião 2
Ass. Municipal. Montez AS e CDV.

Menu	Documentos	Processos	Supporte
------	------------	-----------	----------

142/GAOA/2017 : Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimento estratégico

Workflow


[Estado atual]: Em Circulação 

Mudar estado para: Decisão?

☐ Concluir
☐ Concluir em Processo
☐ Enviar para Circulação

Histórico ▾

Alertas

 Este documento contém anexos!

Último Movimento

Data	Utilizador	Destinatário	Informação	Conhecimento
11-07-2017 16:10:42	GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - Maria Silva	DMUOP - DPOT - DIVISÃO DE PLANEAMENTO REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA - Filomena Farinhas (Arq)	Pedido do anexo I e II	

Livro *

Documento Interno ▾ Tipo Documento * ▾

Data de Registo

11-07-2017

Número

142/GAOA/2017

Envio/Recepção

Interno

Data Limite de Resposta

11-07-2017

☐ Aguarda Resposta
 ☐ Urgente
 ☒ Em Tratamento
 ☐ Documento Sem Resposta
 ☐ Suporte Papel

Classificador

01 GENÉRICO

☐ Começa por

Classificador Orgânico

Gestor

Assunto *

Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimento estratégico

Local de Pretensão

Morada

Num. Policia

Código Postal

Localidade

Freguesia

Código Sig

410

Morada Adicional

Ignorar a Morada

Detalhes da morada



BRAGA
Município

Documento nº: S/4/DPRRU/2017

Data Registo: 01-06-2017

Assunto: Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimentos estratégicos

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Ofício

Entidade:

Nome/Designação: Invest Braga

Endereço:

Processo(s):

- PROC/2/DPRRU/2017 - Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para Empreendimento

43
A.F.

Concordo. O Sr. Vereador do Pelouro
do Planeamento e Urbanismo. Após despacho,
anexa ao processo de reconhecimento de interesse
estratégico municipal.

01 JUN. 2017

O DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO,
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

(Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016)

Livro: Documento de
Saída

Utilizador: Filomena Farinhas (Arq)

Conhecimentos:

Data: 01-06-2017 15:25:01

Sr. Diretor,

Destinatário: Zamith Rosas (Dr)

Documento: S/4/DPRRU/2017

Após leitura do documento enviado pela Invest Braga, e considerando que o contrato tem como outorgantes a CMB, a Invest Braga e o promotor, considero que o mesmo pode dar cumprimento ao requisito do n.º 3 do artigo 31º do regulamento do PDM, mas deixo à consideração superior.

Filomena Farinhas

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Concordo.
Procede-se como proposto.

Ass do Excmo. Aníbal

1707-25

Município de Braga, 6/6/2017

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Filomena Farinhas

De: Marcos Marques <marcos.marques@investbraga.com>
Enviado: 1 de junho de 2017 14:15
Para: Filomena Farinhas
Cc: António Barroso
Assunto: Re: Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimentos estratégicos
Anexos: 20170529_MINUTA CONTRATO ITEC.pdf

Bom dia Arquiteta Filomena Farinhas,

Envio em anexo minuta de contrato de investimento para suporte ao projeto / empreendimento de interesse público estratégico da ITEC.

Nos projetos anteriores não foi realizado este procedimento. Terá de ser avaliado o ponto de situação dos processos e o desenvolvimento do respetivo contrato caso a caso.

À semelhança dos projetos / empreendimentos submetidos anteriormente, a InvestBraga emitirá um parecer de interesse económico após a consulta de todos os elementos que sejam entregues pelo promotor na CMB.

Se tudo correr como planeado o promotor irá instruir hoje o processo na CMB.

Com os nossos melhores cumprimentos,

—
Marcos A. Marques
Diretor
Dinamização Económica e Atração de Investimento

**INVEST
Braga**

InvestBraga
Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves
Apartado 60
4711-909 Braga – Portugal

t + 351 253 208 230
f + 351 253 264 672

www.investbraga.com
www.facebook.com/investbraga

—
*Pense no ambiente antes de imprimir este e-mail.
Please consider the environment before printing this e-mail.*

De: Filomena Farinhas <filomena.farinhas@cm-braga.pt>
Data: quinta-feira, 1 de junho de 2017, 09:42
Para: "Marcos A. Marques" <marcos.marques@investbraga.com>
Assunto: Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimentos estratégicos

Caro Dr. Marcos Marques,

Na sequência do conversado no passado dia 24 de maio, venho solicitar que nos envie a minuta do contrato que a Invest Braga utiliza para poder conceder benefícios e isenções nos termos do vosso regulamento.

Em causa está o cumprimento do n.º 3 do artigo 31º do regulamento do PDM, cuja disposição obriga à celebração de um contrato de investimento entre a CMB e o interessado em obter o reconhecimento de interesse público

municipal para efeitos de classificação do seu projeto como empreendimento estratégico. Pretende-se perceber se poderemos considerar o vosso contrato para efeitos do cumprimento do requisito regulamentar supracitado.

Melhores cumprimentos,



Filomena Farinhas

Chefe da Divisão de Planeamento
Revitalização e Regeneração Urbana

filomena.farinhas@cm-braga.pt

T: 253 203 150 | F: 253 613 387

www.cm-braga.pt | Ext. 1142

Este e-mail é amigo do ambiente. pondere antes de o imprimir!

CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE,

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de Direito Público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4730-749 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, designado para efeitos do presente contrato por MB;

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 706, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Carlos Nuno Alves de Oliveira, designada para efeitos do presente contrato por InvestBraga;

E

Iberiana Technical, Lda., pessoa coletiva n.º 507672828 com sede na Rua da Quintã, Lote 13, União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, concelho de Braga, neste ato representada pelo sócio gerente Carlos Alberto Castro Rodrigues, designada para efeitos do presente contrato por ITEC;

CONSIDERANDO QUE

- A) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- B) Para execução das referidas atribuições são outorgadas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, previstas nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), e 33.º, n.º 1, alíneas o), r) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- C) O regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB) prevê a classificação de Empreendimentos Estratégicos, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua

especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, carecendo da realização do presente contrato de investimento, previstas na Secção VI, no Artigo 31º do referido regulamento;

- D) A InvestBraga é uma empresa municipal, cujo capital social é integralmente detido pelo MB, que tem por objeto a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros, cabendo o papel de apoio e acompanhamento aos projetos de investimento e a monitorização da efetiva concretização dos contratos de investimento realizados pelo município com os investidores;
- E) A ITEC pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros), a aplicar na construção de novas instalações, num edifício com 3.000 metros quadrados de implantação e 4.000 metros quadrados de construção, a implantar num prédio misto denominado Quinta de Laboriz, com a área total de 39.337 metros quadrados, sito no antigo Lugar de Laboriz, hoje Rua da Veiga, 4705-222 União de Freguesias de Lomar e Arcos e também no reforço da sua capacidade tecnológica, com o objetivo não só de acompanhar o crescimento dos seus clientes da área automóvel, mas também de criar uma estrutura que, aproveitando o *know-how* acumulado na área automóvel, seja capaz de intervir noutros setores de atividade, como a indústria alimentar ou do calçado, onde a tecnologia é um fator diferenciador;
- F) O investimento referido na alínea anterior irá contribuir para a valorização da estrutura económica e empresarial do Concelho e irá gerar 10 (dez) novos postos de trabalho;
- G) A ITEC pretende investir na criação de novas áreas de negócio, no reforço da sua atividade de I&D, na criação de produtos próprios e no apoio à criação de startups;
- H) O MB e a InvestBraga reconhecem ser de importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho a concretização do projeto acima referido, sendo que declaram este projeto como um projeto de interesse económico para o município;

É, de livre e boa-fé, acordado e reduzido a escrito o presente Contrato de Investimento, do qual fazem parte os considerandos supra indicados e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1.ª DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Contrato de Investimento os termos e expressões abaixo indicadas têm o significado e conteúdo seguintes:

- a) Alteração das Circunstâncias («hardship») (Cláusula de Salvaguarda) – A alteração anormal das circunstâncias, inclusive de ordem económica, alheia à vontade das Partes e em que estas fundaram a vontade de estabelecer o presente Contrato de Investimento, tornando mais onerosa a execução do contrato, embora não impossível, proporcionando a possibilidade de revisão unilateral ou a resolução do contrato, nos termos previstos no presente contrato;
- b) Anexos – Os documentos identificados na cláusula 11.ª, cujo conteúdo faz parte integrante do presente Contrato;
- c) Contrato – O presente Contrato de Investimento, incluindo todos os seus Anexos;
- d) Força Maior – Facto natural ou situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias próprias da InvestBraga, do MB e da ITEC e que impeçam a realização dos objetivos do Contrato e/ou cumprimento das obrigações das Partes;
- e) Incentivos – Conjunto de investimentos, apoios e benefícios concedidos pelo MB à ITEC;
- f) Partes – A InvestBraga, o MB e a ITEC;
- g) Projeto / Empreendimento – Construção de novas instalações, reforço da capacidade tecnológica e da atividade de I&D, de acordo com o Plano de Investimento que constitui o Anexo I ao presente Contrato;
- h) Período do Investimento – O período compreendido entre a data da assinatura do presente Contrato e o período subsequente de 5 (cinco) anos [período referido pela

empresa como tempo de aposta para o reforço da sua posição no mercado nacional e internacional];

- i) Vigência do Acordo – Período correspondente ao Período do Investimento.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA 2.ª

OBJETIVOS DO PROJETO

1. Constituem objetivos do Projeto:
 - a) A realização, durante o Período do Investimento, de um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
 - b) A construção de novas instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros);
 - c) O reforço da capacidade tecnológica da empresa;
 - d) O reforço da atividade de I&D da empresa;
 - e) A instalação da unidade produtiva e dos escritórios da ITEC no edifício referido na alínea b) da presente cláusula;
 - g) A criação de 10 (dez) postos de trabalho direto no período de 5 (cinco) anos.
2. O cumprimento das obrigações e dos objetivos da presente Cláusula estará condicionado à não ocorrência de eventos suscetíveis de serem considerados Força Maior ou Alteração das Circunstâncias («hardship»).
3. A verificação de casos de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias será reconhecida por conciliação das Partes ou por recurso aos tribunais competentes da Comarca de Braga.

CLÁUSULA 3.ª

CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será concretizado pela ITEC nos termos e condições indicados no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.ª

ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbirá à InvestBraga a responsabilidade de assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, devendo a ITEC fornecer-lhe todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários e relevantes para o efeito.
2. Em qualquer caso, a ITEC, facultará, com a periodicidade anual, de motu-próprio, com início durante o 1.º trimestre do ano seguinte ao da celebração do presente contrato, ou sempre que a InvestBraga o solicitar, a documentação adequada a demonstrar que estão a ser satisfeitos os objetivos e obrigações constantes do presente Contrato, designadamente, documentos comprovativos de regularização das obrigações fiscais e para com a Segurança Social, mapas de pessoal, balanços e demonstrações de resultados ou quaisquer outros documentos contabilísticos ou de outra natureza, relativamente ao Projeto.
3. A ITEC facultará à InvestBraga, ou a qualquer outra entidade por esta nomeada, acesso aos locais de realização do Projeto.

CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DA ITEC

1. Pelo presente Contrato, e sem prejuízo do disposto noutras cláusulas contratuais, a ITEC obriga-se a:
 - a) Realizar, durante o Período do Investimento, um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
 - b) Alcançar os objetivos previstos na Cláusula 2.ª;
 - c) Construir as instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, com utilização de processos conformes às disposições ambientais legais em vigor, após obtenção dos licenciamentos e autorizações necessários;
 - d) Reforçar a sua capacidade tecnológica;
 - e) Reforçar a sua atividade de I&D;
 - f) Afetar as instalações referidas na alínea c) da presente cláusula à sede da empresa e ao exercício da sua atividade empresarial;

- g) Desenvolver a sua atividade, pelo período de pelo menos 10 (dez) anos, no Concelho de Braga;
- h) Cumprir com as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social;
- i) Fornecer à InvestBraga e ao MB, sempre que solicitado e no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido, os documentos, elementos, informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento, controlo e fiscalização do presente Contrato, designadamente:
 - i) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
 - ii) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com segurança social;
 - iii) mapas de pessoal;
 - iv) balanços e demonstrações de resultados;
- j) Manter uma situação financeira equilibrada;
- k) Dispor de contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, que seja adequada às análises requeridas para apreciação e acompanhamento do Projeto e permita autonomizar os efeitos do mesmo;
- l) Facultar à InvestBraga e ao MB, ou a qualquer outra entidade por estes nomeada, livre acesso aos locais de realização do Projeto.

2. As obrigações previstas no número 1 da presente cláusula devem ser executadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE ESTRATÉGICO

1. Sob condição de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, é reconhecido pelo MB e pela InvestBraga o interesse público estratégico do projeto/empreendimento da ITEC, em conformidade com as alíneas a) b) e d), do Artigo 31º, Secção VI, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB).

CAPÍTULO IV

ARTICULAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

CLÁUSULA 7.ª

PRINCÍPIOS GERAIS

O reconhecimento de projeto/empreendimento de interesse público estratégico previsto na Cláusula 6.ª constitui contrapartida do exato e pontual cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações fixadas nos termos e condições constantes do presente Contrato e Anexos.

CLÁUSULA 8.ª

INCUMPRIMENTO PELA ITEC

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, no número 2 da Cláusula 2.ª, no número 3 da cláusula 6.ª, e no número seguinte da presente Cláusula, no caso de não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou de qualquer das obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, o MB, mediante comunicação enviada à ITEC, poderá resolver o Contrato, independentemente de qualquer interpelação, implicando a perda do reconhecimento de projeto / empreendimento de interesse público estratégico, e tendo direito, designadamente, ao pagamento pela ITEC do montante correspondente a quaisquer benefícios, apoios e incentivos concedidos pelo MB, proporcional ao período de tempo que medeia entre a data da resolução do Contrato até ao termo do Período do Investimento.
2. Sem prejuízo do disposto no número 1, constituem também fundamento de resolução a prestação pela ITEC de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto.
3. A comunicação da decisão de resolução referida no número 1 produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO DO CONTRATO DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 9.ª

PRINCÍPIO GERAL

Sempre que entre as Partes Contratantes se suscitem dúvidas quanto à interpretação, aplicação ou integração do presente Contrato ou se suscitar litígio ou situação de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias, aquelas envidarão os melhores esforços para obter o acordo ou resolverem amigavelmente as divergências ou litígios.

CLÁUSULA 10.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.ª

ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Anexos:

Anexo I: Plano de Investimento;

Anexo II: Planta do local de implementação do projeto.

CLÁUSULA 12.ª

COMUNICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações previstas no Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas:

- a) Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
- b) Por telefax, desde que comprovado por “Recibo de transmissão ininterrupta”;
- c) Por correio registado com aviso de receção.

2. Consideram-se, para efeitos do presente Contrato, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção:

- a) InvestBraga

Att. Sr. Presidente do Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, EM

Eng. Carlos Nuno Alves de Oliveira

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga

b) MB

Att. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Praça do Município, 4730-749 Braga

c) Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

Att. Sr. Sócio Gerente

Eng. Carlos Alberto Castro Rodrigues

Rua da Quintã, Lote 13, 4700-023 Frossos-Braga,

3. As Partes poderão alterar os seus domicílios indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, com a antecedência não inferior a 3 (três) dias, sob pena de considerarem efetuadas as comunicações ou notificações realizadas para os domicílios referidos no número 2.

4. As comunicações ou notificações feitas nos termos dos números anteriores consideram-se efetuadas ainda que sejam rejeitadas, ou venham devolvidas por não terem sido reclamadas na estação dos correios.

CLÁUSULA 13.ª

PRAZOS E SUA CONTAGEM

Os prazos fixados no presente Contrato contam-se em dias seguidos de calendário, salvo se contiverem indicação expressa em dias úteis.

CLÁUSULA 14.ª

PRAZO E EFICÁCIA

1. Sem prejuízo do disposto no número 2 da presente Cláusula, o presente Contrato entra em vigor e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

2. O presente Contrato será válido desde a data da sua celebração até ao termo do período de Vigência do Acordo, previsto na alínea i) da Cláusula 1.ª, se entretanto não for revogado ou resolvido.

Feito em Braga, aos [] dias do mês de [] de 2017, em 3 exemplares.

Pela InvestBraga

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA

Pela Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

ANEXO I
PLANO DE INVESTIMENTO

Filomena Farinhas

De: Filomena Farinhas
Enviado: 1 de junho de 2017 09:42
Para: Marcos Marques
Assunto: Minuta de Contrato de Investimento para efeitos de empreendimentos estratégicos

Caro Dr. Marcos Marques,

Na sequência do conversado no passado dia 24 de maio, venho solicitar que nos envie a minuta do contrato que a Invest Braga utiliza para poder conceder benefícios e isenções nos termos do vosso regulamento. Em causa está o cumprimento do n.º 3 do artigo 31º do regulamento do PDM, cuja disposição obriga à celebração de um contrato de investimento entre a CMB e o interessado em obter o reconhecimento de interesse público municipal para efeitos de classificação do seu projeto como empreendimento estratégico. Pretende-se perceber se poderemos considerar o vosso contrato para efeitos do cumprimento do requisito regulamentar supracitado.

Melhores cumprimentos,



Filomena Farinhas

Chefe da Divisão de Planeamento
Revitalização e Regeneração Urbana

filomena.farinhas@cm-braga.pt

T: 253 203 150 | F: 253 613 387

www.cm-braga.pt | Ext. 1142

Este e-mail é amigo do ambiente. pondere antes de o imprimir!

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Processo n.º: i/17/Dmuopsa/2017
Autor(a): Cristina Salgado
Data: 23.5.2017

Estabelece o artigo 31º Definição do RPDM de Braga, que:

“Consideram-se empreendimentos estratégicos para efeitos da presente secção, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal em conformidade com o disposto no artigo seguinte, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, e que verifiquem o seguinte:

- a. Apresentem elevado carácter inovador;
- b. Sejam investimentos na área da cultura, educação, saúde, ambiente, turismo, energias renováveis, indústria, ou complexos de lazer e de recreio;
- c. Criem mais do que 200 postos de trabalho;
- d. Englobem investimentos iguais ou superiores a 2 000 000 €.

2| Os empreendimentos estratégicos devem conter pelo menos duas das características constantes nas alíneas a. a d. do n.º anterior, sendo uma delas obrigatoriamente a constante da alínea c. ou da alínea d..

3| Os empreendimentos estratégicos devem ser alvo de contrato de investimento realizado entre o promotor e a CMB, para o período previsto de investimento.

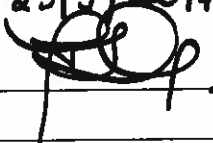
Assim, não dispondo esta Divisão quaisquer antecedentes sobre a presente situação, sugere-se que numa primeira fase e com vista à elaboração do contrato previsto no numero 3 do referido artigo 31º do RPDMB, seja agendada uma reunião com os técnico desta Câmara Municipal que estão a acompanhar o desenvolvimento deste projeto por forma a prestarem os esclarecimentos que se mostrem necessários.

Cashno Sdgood

Despacho Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Concordo. Remete-se 'a Excmo Chefe de Divisão da DPRRU.

23/5/2017



Despacho Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Despacho Vereador da Câmara Municipal, no uso de competência delegada, por despacho do Presidente de 28/10/13

--

Despacho Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

--

Despacho Presidente da Câmara Municipal de Braga
--

--



BRAGA
Município

Documento nº: I/17/DMUOPSA/2017

Data Registo: 17-05-2017

Assunto: Reconhecimento de interesse publico

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Celina Brandão

Endereço:

Utilizador: Celina Brandão

Conhecimentos:

Data: 17-05-2017 16:11:33

Destinatário: Teresa Rodrigues

Documento: I/17/DMUOPSA/2017

Apoio para elaboração da minuta referida no ponto 11.2 Anexo informação para procedimento

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

A D^{ra} Cristina Salgado para procedimento
22/5/2017



DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Eng. Miguel Teixeira
Remeter ao Sr. Diretor da DMUOP
concordo com o parecer da DPRRU.
Uma apreciação fundamentada e conclusiva
do requerido implica a apresentação de elementos
de projeto que permitam avaliar a integração da
construção no espaço envolvente nomeadamente
através de planos de implantação e cortes cor-
respondentes.
Esses elementos deverão ser solicitados ao requerente
15/5/2017
Miguel Araújo

Processo n.º PROC/2/DPRRU/2017 - V36/DPRRU/2017

Promotor: Iberiana Technical, Lda

Local da Obra: Rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos

Assunto: Pedido de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Pretende-se a obtenção de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor.

Análise Técnica

2. Em termos procedimentais o pedido enquadra-se num processo específico, regulado pelas disposições do artigo 31º e seguintes do regulamento do PDM, nos seguintes termos:

2.1. Apresentação do pedido incluindo memória descritiva (n.º 1 do artigo 31º); minuta do contrato de investimento entre o promotor e a CMB (n.º 3 do artigo 31º); e a avaliação das incidências territoriais (alínea a) do n.º 1 do artigo 32º).

2.2. Análise técnica que terá de se pronunciar sobre:

- Alternativas para a localização em espaço consonante com o uso em causa;
- A suscetibilidade de a pretensão provocar cargas funcionais incompatíveis para as infraestruturas públicas ou de por em causa a imagem do território, em termos de integração urbana e paisagística;
- A necessidade da AAE;
- A necessidade de delimitação e aprovação de unidade de execução;
- O conteúdo do contrato de investimento;

2.3. Em paralelo é solicitada pronúncia a outras entidades sobre o interesse público estratégico (AIMINHO, Invest Braga, Junta de Freguesia);

2.4. Deliberação municipal (reunião de câmara) sobre a necessidade de elaboração de PU ou PP (se pedido sujeito a AAE), ou sobre a necessidade de abertura de período de discussão pública com mínimo de 20 dias úteis (se pedido não sujeito a AAE), incluindo-se neste período a discussão pública relativa a unidade de execução se necessário;

2.5. Se pedido não sujeito a AAE, os serviços ponderam o resultado da discussão pública e elaboram a versão final da análise;

2.6. CMB aprova a delimitação da unidade de execução, se necessário, e envia para a Assembleia Municipal o pedido para o reconhecimento do interesse público estratégico;

2.7. Análise da operação urbanística atendendo ao disposto no artigo 33º, dado que a conjugação com o artigo 96º e seguintes já se encontra acautelado.

3. Na situação em concreto, a parcela de terreno pretendida localiza-se na categoria de solo rural "Espaço agrícola", e uma pequena parte em solo urbano, categoria "Espaço Urbano de Baixa Densidade - BD2" e "Espaços Residenciais - ER5", tendo como condicionantes à edificabilidade a zona de proteção à A11 e servidão da estrada



BRAGA
Município

DMUOP – DPOT – DPRRU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Nacional 309, a área envolvente à Quinta de Laboriz, e as distâncias às extremas da propriedade que resultam da aplicação da Lei da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4. A localização pretendida, a sul do espaço de atividades económicas de Lomar, ainda se encontra abrangido pela UOPG 25 – Parque Oeste e envolvente.

5. O pedido foi instruído com memória descritiva que retrata a evolução da empresa desde 2006, com incidência na indústria electrónica, robótica, automação industrial e desenvolvimento de *software*. Visa a concepção e produção de máquinas especializadas, com montagem de peças e criação de *software* para comandar as máquinas ou robots. Emprega 33 pessoas, com intenção de integração de mais 10 postos de trabalho. Estimam que no final deste ano o volume de vendas seja superior a 2,5M€.

6. Em face do descrito a pretensão reúne os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 31º, devendo ser esclarecido qual o valor de investimento, para aferição do cumprimento da alínea d) do mesmo artigo.

7. Acompanha o pedido o relatório de avaliação de incidências territoriais, exigido na alínea a) do n.º 1 do artigo 32º do regulamento do PDM. Bem estruturado, sintético e bem redigido, sustenta, contudo, a fundamentação sobre uma intenção de implantação e relação volumétrica não explicitada graficamente. Do texto não nos é possível avaliar como se implantará o(s) edifício(s), considerando o referido a página 9: "(...) conseguir-se-á um enquadramento topográfico de encaixe ou encastramento do edifício no terreno, aproveitando o declive (...)".

8. Sobre a possibilidade de localização alternativa, já foi a questão abordada na reunião tida a 5 de dezembro de 2016, não se afigurando compaginável o tempo de espera da consolidação e concretização da expansão prevista para o espaço de atividades económicas em Lomar, a norte da pretensão. Contribuem para a urgência da implementação desta unidade industrial o projeto de expansão 2017-2020 em co-promoção com a BOSCH.

9. Concorde-se pela desnecessidade de avaliação ambiental estratégica.

10. O eventualmente licenciamento avulso da pretensão está dependente da mesma poder ser excluída da alínea a) do n.º 2 do artigo 97º do regulamento do PDM, dado estar integrada em UOPG. Só com a planta de implantação poderemos avaliar este preceito.

Proposta de decisão

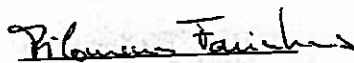
11. Para conclusão da análise será necessário:

11.1. O aperfeiçoamento do pedido com apresentação de peças gráficas, nomeadamente planta de implantação e perfis que permitam a leitura da integração da solução na envolvente, para análise da integração urbana e cumprimentos de parâmetros urbanísticos (serviços, afastamentos, estacionamento), e esclarecimento do volume de investimento.

11.2. Solicitar o auxílio da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso na formatação da minuta do contrato de investimento previsto no n.º 3 do artigo 31º.

11.3. Ainda que não legalmente previsto, seria recomendável, à semelhança de outros pedidos similares, que fosse colhida pronúncia / declaração a outras entidades representativas dos interesses a ponderar, nomeadamente Junta de Freguesia e Invest Braga.

A Chefe da DPRRU,




Filomena Farinhas

17/04/2017

Ind: A informação para a D SJC segue por protocolo. B.

28
A.F.

 BRAGA Município DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA	REGISTADO
	Data de Remessa 2017/05/17
	D.P.R.R.U

Exmo. (a) Senhor (a)

IBERIANA TECHNICAL UNIPESSOAL, LDA
RUA DA QUINTÃ, LOTE 13 - FROSSOS
4700-023 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º S/4094/DMUOPSA/2017	17-05-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico
Processo n.º 3469/URB/PED/17

Local da Obra: RUA DA VEIGA - Lomar

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido, ao abrigo do art.º do Dec-Lei n.º 555/99 e conforme informação de que se anexa fotocópia.
- ☒ - Notificar V. Exa. para, no prazo de 10 dias, proceder em conformidade com o teor do ponto 11.1 da informação n.º I/36/DPRRU/2017 de 17/04/2017 da qual se anexa fotocópia.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,



(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício



BRAGA
Município

DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA

REGISTADO

Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

UF - União de Freguesias de LOMAR e ARCOS

Rua Dr. José Azevedo Ferreira - Lomar --

4705-254 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º SI/4097/DMUOPSA/2017	17-05-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Processo n.º 3469/URB/PED/17

Local da Obra: RUA DA VEIGA - Lomar

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido, ao abrigo do art.º do Dec-Lei n.º 555/99 e conforme informação de que se anexa fotocópia.
- ☒ - Relativamente ao assunto acima mencionado, junto envio a V. Exa. fotocópia da informação prestada pelos Serviços Técnicos desta Câmara (I/36/DPRRU/2017).

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício



BRAGA
Município

DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA

REGISTADO

Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

INVEST BRAGA - PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

AV. DR. FRANCISCO PIRES GONÇALVES

4711-909 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º S/4099/DMUOPSA/2017	17-05-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Processo n.º 3469/URB/PED/17

Local da Obra: RUA DA VEIGA - Lomar

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido, ao abrigo do art.º do Dec-Lei n.º 555/99 e conforme informação de que se anexa fotocópia.
- ☒ - Relativamente ao assunto acima mencionado, junto envio a V. Exa. fotocópia da informação prestada pelos Serviços Técnicos desta Câmara (I/36/DPRRU/2017).

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício



BRAGA
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO, ORDENAMENTO E PLANEAMENTO

3469/URB/PED/17

Concordo com a informação I/36/DPRRU/2017, devendo:

1. Notificar-se a requerente nos termos e para os efeitos previstos no ponto 11.1 da informação, concedendo-se prazo de 10 dias;
2. Remeter-se cópia à DSJC, solicitando-se o apoio para elaboração da minuta referida no ponto 11.2;
3. Comunicar-se à União de Freguesias de Lomar e Arcos e à InvestBraga.

Braga, 16 de Maio de 2017

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento


(António Zamith Rosas)



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Eng. Miguel Mesquita
Remeter ao Sr. Diretor da DMUOP
concordo com o parecer da DPRRU.
Uma apreciação fundamentada e conclusiva,
do requerido implica a apresentação de elementos
de projeto que permitam avaliar a integração da
construção no espaço envolvente nomeadamente
através de plantas de implantação e cortes cor-
pondentes.
Esses elementos deverão ser solicitados ao requerente
15/5/2017
Miguel Mesquita

Processo n.º PROC/2/DPRRU/2017 – I/36/DPRRU/2017

Promotor: Iberiana Technical, Lda

Local da Obra: Rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos

Assunto: Pedido de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Pretende-se a obtenção de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor.

Análise Técnica

2. Em termos procedimentais o pedido enquadra-se num processo específico, regulado pelas disposições do artigo 31º e seguintes do regulamento do PDM, nos seguintes termos:

2.1. Apresentação do pedido incluindo memória descritiva (n.º 1 do artigo 31º); minuta do contrato de investimento entre o promotor e a CMB (n.º 3 do artigo 31º); e a avaliação das incidências territoriais (alínea a) do n.º 1 do artigo 32º).

2.2. Análise técnica que terá de se pronunciar sobre:

- a) Alternativas para a localização em espaço consonante com o uso em causa;
- b) A suscetibilidade de a pretensão provocar cargas funcionais incomportáveis para as infraestruturas públicas ou de por em causa a imagem do território, em termos de integração urbana e paisagística;
- c) A necessidade da AAE;
- d) A necessidade de delimitação e aprovação de unidade de execução;
- e) O conteúdo do contrato de investimento;

2.3. Em paralelo é solicitada pronúncia a outras entidades sobre o interesse público estratégico (AIMINHO, Invest Braga, Junta de Freguesia);

2.4. Deliberação municipal (reunião de câmara) sobre a necessidade de elaboração de PU ou PP (se pedido sujeito a AAE), ou sobre a necessidade de abertura de período de discussão pública com mínimo de 20 dias úteis (se pedido não sujeito a AAE), incluindo-se neste período a discussão pública relativa a unidade de execução se necessário;

2.5. Se pedido não sujeito a AAE, os serviços ponderam o resultado da discussão pública e elaboram a versão final da análise;

2.6. CMB aprova a delimitação da unidade de execução, se necessário, e envia para a Assembleia Municipal o pedido para o reconhecimento do interesse público estratégico;

2.7. Análise da operação urbanística atendendo ao disposto no artigo 33º, dado que a conjugação com o artigo 96º e seguintes já se encontra acautelado.

3. Na situação em concreto, a parcela de terreno pretendida localiza-se na categoria de solo rural "Espaço agrícola", e uma pequena parte em solo urbano, categoria "Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD2" e "Espaços Residenciais – ER5", tendo como condicionantes à edificabilidade a zona de proteção à A11 e servidão da estrada



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Nacional 309, a área envolvente à Quinta de Laboriz, e as distâncias às extremas da propriedade que resultam da aplicação da Lei da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4. A localização pretendida, a sul do espaço de atividades económicas de Lomar, ainda se encontra abrangido pela UOPG 25 - Parque Oeste e envolvente.

5. O pedido foi instruído com memória descritiva que retrata a evolução da empresa desde 2006, com incidência na indústria electrónica, robótica, automação industrial e desenvolvimento de *software*. Visa a concepção e produção de máquinas especializadas, com montagem de peças e criação de *software* para comandar as máquinas ou robots. Emprega 33 pessoas, com intenção de integração de mais 10 postos de trabalho. Estimam que no final deste ano o volume de vendas seja superior a 2,5M€.

6. Em face do descrito a pretensão reúne os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 31º, devendo ser esclarecido qual o valor de investimento, para aferição do cumprimento da alínea d) do mesmo artigo.

7. Acompanha o pedido o relatório de avaliação de incidências territoriais, exigido na alínea a) do n.º 1 do artigo 32º do regulamento do PDM. Bem estruturado, sintético e bem redigido, sustenta, contudo, a fundamentação sobre uma intenção de implantação e relação volumétrica não explicitada graficamente. Do texto não nos é possível avaliar como se implantará o(s) edifício(s), considerando o referido a página 9: "(...) conseguir-se-á um enquadramento topográfico de encaixe ou encastramento do edifício no terreno, aproveitando o declive (...)".

8. Sobre a possibilidade de localização alternativa, já foi a questão abordada na reunião tida a 5 de dezembro de 2016, não se afigurando compaginável o tempo de espera da consolidação e concretização da expansão prevista para o espaço de atividades económicas em Lomar, a norte da pretensão. Contribuem para a urgência da implementação desta unidade industrial o projeto de expansão 2017-2020 em co-promoção com a BOSCH.

9. Concorde-se pela desnecessidade de avaliação ambiental estratégica.

10. O eventualmente licenciamento avulso da pretensão está dependente da mesma poder ser excluída da alínea a) do n.º 2 do artigo 97º do regulamento do PDM, dado estar integrada em UOPG. Só com a planta de implantação poderemos avaliar este preceito.

Proposta de decisão

11. Para conclusão da análise será necessário:

11.1. O aperfeiçoamento do pedido com apresentação de peças gráficas, nomeadamente planta de implantação e perfis que permitam a leitura da integração da solução na envolvente, para análise da integração urbana e cumprimentos de parâmetros urbanísticos (serviços, afastamentos, estacionamento), e esclarecimento do volume de investimento.

11.2. Solicitar o auxílio da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso na formatação da minuta do contrato de investimento previsto no n.º 3 do artigo 31º.

11.3. Ainda que não legalmente previsto, seria recomendável, à semelhança de outros pedidos similares, que fosse colhida pronúncia / declaração a outras entidades representativas dos interesses a ponderar, nomeadamente Junta de Freguesia e Invest Braga.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas

17/04/2017

Exmo. Senhor
Dr. Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal de
Braga

3469/URB/PED/17

Proe/2/DPAMU/2017 Certidões

Assunto: Pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para empreendimento, nos termos previstos no artigo 31º e segs. do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (RPDMB)

IBERIANA TECHNICAL, LDA., sociedade por quotas, NIPC 507672828, com sede na Rua da Quintã, Lote 13, 4700-023 Frossos-Braga, para este acto representada pelo sócio gerente Carlos Alberto Castro Rodrigues, vem expor para requerer a V. Ex.^a o seguinte:

1. Apresentação da Requerente

A *Iberiana Technical, Lda.* (ITEC) é uma empresa portuguesa fundada em Março de 2006 por Carlos Rodrigues, após conclusão do curso de Engenharia Industrial e Electrónica da Universidade do Minho e Pedro Iglésias, licenciado em Engenharia de Produção pela mesma Escola.

A partir de 2008, com a entrada de dois novos sócios na empresa, expandiram a atividade para novas áreas de negócio. Valentino Pereira, licenciado em Engenharia de Materiais pela Universidade do Minho, desenvolveu a área de soldadura e inspeção ótica e Paulo Compadrinho assumiu a responsabilidade de desenvolver a área de Engenharia e Automação Industrial.

Com o capital social de 100 mil euros, é uma empresa que se dedica ao comércio de equipamentos e serviços para a indústria eletrónica e automóvel, com especial destaque nas áreas de Aparafusamento, Doseamento de fluídos, Proteção ESD, Soldadura, Automação e Robótica.

O principal objetivo da empresa é proporcionar aos clientes produtos de qualidade superior, contribuindo dessa forma para a criação de valor com soluções tecnologicamente evoluídas e competitivas

Em 2013, a ITEC foi distinguida pelo terceiro ano consecutivo com o título de PME Líder atribuído pelo IAPMEI.

Esta distinção é o reconhecimento do trabalho positivo e do esforço de melhoria contínua desenvolvido ao longo dos últimos anos.

O percurso da ITEC fica marcado por um crescimento sustentado, assente numa busca constante de soluções inovadoras, mas acima de tudo, numa equipa altamente motivada, com forte espírito de entreaajuda e capaz de se superar todos os dias. Os recursos humanos de que dispõe e a aposta na sua formação e qualificação são um fator de distinção desta empresa.

Com a equipa que temos hoje conseguimos não só cobrir uma gama superior de equipamentos e aplicações na área de *trading*, bem como desenvolver soluções de engenharia e automação industrial cada vez mais complexas. Para além disso, e dado o desempenho que temos obtido junto dos nossos principais clientes, multinacionais, estamos referenciados como parceiros globais.

Em matéria de exportação os valores absolutos são 573.178€ em 2015, tendo atingido 1.011.323€ em 2016, o que representa um crescimento de cerca de 76%.

Em relação a 2017, e considerando que na data atual existe uma carteira de encomendas para mercados externos no valor de 1,85M€, pode facilmente extrapolar-se que o volume de vendas no final do ano será superior a 2,5M€, o que traduzirá um crescimento superior a 100%.

Mas é também no mercado interno que a ITEC é já uma referência, quer a nível de marcas representadas, quer a nível de engenharia, onde trabalha com as maiores empresas que operam em Portugal no sector automóvel.

No caso particular da *Bosch Car Multimedia*, uma das empresas mais tecnológicas e um dos maiores exportadores do país, a ITEC é, provavelmente, o maior fornecedor português, em termos de automação industrial.

A empresa sempre orientou a sua missão para a resposta às necessidades dos clientes e do mercado com soluções que criem valor, seja recorrendo às suas representadas, seja desenvolvendo a solução à medida do cliente, ao mesmo tempo que trabalha em parcerias de longo termo com clientes e fornecedores.

Neste contexto, a ITEC disponibiliza um conjunto de produtos especialmente vocacionados para a área de indústria electrónica e

automóvel, bem como uma divisão de Engenharia, que desenvolve soluções em áreas como a robótica, a automação industrial e o *software*.

Desenvolvendo a sua atividade nas áreas da Electrónica, Plásticos e Assemblagem de Processos, a ITEC trabalha com as maiores empresas de referência do sector automóvel em vários países, destacando-se por ser o maior fornecedor de soluções de engenharia para alguns dos processos mais complexos da BOSCH CAR MULTIMEDIA, nas fábricas de Braga, Penang (Malásia) e Suzhou (China).

Em 2016 o volume de vendas foi cerca de 9,15 M€, representando um crescimento de cerca de 70% face ao ano de 2015.

Neste momento a empresa integra 33 colaboradores, distribuídos pelas áreas técnica, comercial, administrativa e logística.

2. Enquadramento do Pedido

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga - SECÇÃO VI - EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS	
Artigo 31º	Definição
<p>1) Consideram-se empreendimentos estratégicos para efeitos da presente secção, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal em conformidade com o disposto no artigo seguinte, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, e que verifiquem o seguinte:</p> <p>a. Apresentem elevado carácter inovador;</p> <p>b. Sejam investimentos na área da cultura, educação, saúde, ambiente, turismo, energias renováveis, indústria, ou complexos de lazer e de recreio;</p> <p>c. Criem mais do que 200 postos de trabalho;</p> <p>d. Englobem investimentos iguais ou superiores a 2 000 000 €.</p> <p>2) Os empreendimentos estratégicos devem conter pelo menos duas das características constantes nas alíneas a, a.d, do n.º anterior, sendo uma delas obrigatoriamente a constante da alínea c. ou da alínea d.</p> <p>3) Os empreendimentos estratégicos devem ser alvo de contrato de investimento realizado entre o promotor e a CMB, para o período previsto de investimento.</p>	

Aproveitando a conjuntura positiva que se verifica no sector, a ITEC pretende dar um salto tecnológico qualitativo e quantitativo, com o objectivo não só de acompanhar o crescimento dos seus clientes da área automóvel, mas também de criar uma estrutura que, aproveitando o *know-how* acumulado numa área tão exigente, como a automóvel, seja capaz de intervir noutros sectores de actividade, como a indústria alimentar ou do calçado, onde a tecnologia é um factor diferenciador.

Este projeto de expansão 2017-2020, em co-promoção com a BOSCH (ao abrigo do programa INTERFACE) no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020 adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e

de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020, insere-se na política de melhoria contínua de processos e condições de trabalho vigente na empresa.

Num sector onde a tecnologia de ponta, a eficiência de processos e a capacidade de resposta são factores determinantes, como é o caso da indústria electrónica e automóvel, a inovação e o crescimento contínuo constituem elementos decisivos para o sucesso no mercado.

Importa sublinhar também que a ITEC participa no aumento da capacidade competitiva do nosso país, exportando os seus produtos para importantes mercados como os de Espanha, Alemanha, Polónia, República Checa, Hungria, Roménia, China, Malásia e México.

As principais tecnologias desenvolvidas incluem linhas automáticas de *bonding*; aparafusamento electrónico robotizado; doseamento de fluídos robotizado; células robotizadas de inspecção automática com visão artificial; máquinas para operação em ambientes *clean room*; linhas de montagem automáticas; *software* de controlo e rastreabilidade.

Finalmente, cumpre recordar que a ITEC emprega atualmente 33 pessoas, todas com elevado grau de qualificação técnica atenta a especificidade do seu produto, PREVENDO INTEGRAR 10 NOVOS TRABALHADORES NO ÂMBITO DA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES.

Cientes da importância primordial dos recursos humanos, existe uma preocupação constante em proporcionar as melhores condições de trabalho aos nossos colaboradores, registando-se um forte investimento em ferramentas que melhorem os nossos índices de qualidade e produtividade. Operamos num sector onde os níveis de exigência são muito elevados e as tolerâncias ao erro praticamente inexistentes, o que constitui um desafio e um estímulo permanente para atingirmos a excelência.

TENDO EM VISTA TODOS OS OBJECTIVOS ACIMA ENUNCIADOS, A ITEC PRETENDE CONSTRUIR NOVAS INSTALAÇÕES NUM EDIFÍCIO COM 3.000 METROS QUADRADOS DE IMPLANTAÇÃO E 4.000 METROS QUADRADOS DE CONSTRUÇÃO, A IMPLANTAR NUM PRÉDIO MISTO DENOMINADO QUINTA DE LABORIZ COM A ÁREA TOTAL DE 39.337 METROS QUADRADOS, SITO NO ANTIGO LUGAR

DE LABORIZ, HOJE RUA DA VEIGA 4705-222 LOMAR, FREGUESIA HOJE INTEGRADA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O NÚMERO 1528/2008112.

3. Procedimento

Artigo 32º Procedimento
1) A proposta de reconhecimento de interesse público estratégico, assim declarado pelo município e pela entidade da administração pública competente em razão da matéria, a apresentar à Assembleia Municipal, para além de explicitar as razões que a fundamentam, deve conter: a. A avaliação das incidências territoriais do empreendimento em termos funcionais, ambientais, físico-formais e paisagísticos; b. A deliberação da Câmara Municipal determinando a qualificação da iniciativa para efeito de avaliação ambiental estratégica. 2) Em caso de necessidade de avaliação ambiental estratégica, a viabilização da iniciativa só pode ocorrer ao abrigo de alteração do presente plano, de plano de urbanização ou de plano de pormenor. 3) Em caso de não necessidade de avaliação ambiental estratégica, a proposta de reconhecimento do interesse público estratégico que a fundamenta é submetida pela Câmara Municipal a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos estabelecidos legalmente para os planos de pormenor, devendo após a sua conclusão, a Câmara Municipal ponderar e divulgar os respetivos resultados e, se for caso disso, alterar o sentido da sua decisão e/ou reconfigurar o teor da proposta a apresentar à Assembleia Municipal

Para cumprimento do disposto no artigo 32º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico, a submeter pelo Executivo, caso assim delibere, deverá conter todas as razões supra explicitadas, mas será também acompanhada da avaliação das incidências territoriais do empreendimento em termos funcionais, ambientais, físico-formais e paisagísticos, que segue em anexo.

Por outro lado, as características da intervenção, quer no que concerne à parcela de território em causa e às suas características geo-morfológicas, designadamente quanto à natureza do solo e à sua vinculação situacional, quer no que concerne à ocupação já registada na envolvente directa, evidenciam a desnecessidade de um procedimento de avaliação ambiental estratégica, como adiante se irá demonstrar.

O fundamento do planeamento territorial é a gestão dos recursos, ordenando e estabelecendo regras para as ocupações, sempre com o objectivo último de qualificar a vida das populações. Trata-se de revalorizar ou de preservar o património natural, construído ou cultural, de prever e de ordenar as transformações e as dinâmicas dos aglomerados, de estabelecer o equilíbrio necessário a uma evolução sustentada para as ocupações humanas.

Segundo a Carta Europeia de Ordenamento do Território, este desígnio é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se

desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.

Perante uma problemática focalizada, principalmente, na concepção, desenvolvimento e gestão de um conjunto diverso de actividades, é pretensão do Ordenamento procurar desenvolver uma adaptação de uma determinada área geográfica às intenções de desenvolvimento social e económico exigido pela sociedade.

Há quem entenda o ordenamento do território como uma política, uma função pública e uma disciplina que tem o território como protagonista da planificação racionalizadora das várias políticas públicas, com a efectivação macrofinalista da coordenação e da compatibilização dos factores físicos com os económicos e sociais.

Ordenar é um processo social global, com início no estabelecimento de uma normatividade jurídica, a qual termina, como função, com a sua aplicação e execução. Esta normatividade é necessária para a clarificação e definição das finalidades, para o estabelecimento de uma tipologia de instrumentos a utilizar e nos diferentes tipos de intervenção, pública ou particular.

Ordenar é a arte de dispor algo correctamente, pressupondo uma capacidade de concretização das diferentes escolhas. No seguimento desta afirmação, o conceito de ordenamento será, segundo uma aceção restrita, uma simples escolha de alternativas, obedecendo estas a um conjunto específico de requisitos, tidos como indispensáveis.

O Ordenamento do Território deverá ter como principal intento a aplicação ao solo de políticas públicas, designadamente económico-sociais, urbanísticas e ambientais, visando a localização, organização e gestão correcta das actividades humanas, de forma a conseguir um desenvolvimento regional harmonioso e equilibrado.

Neste exacto contexto, não se vislumbra interesse e muito menos necessidade de se recorrer à avaliação ambiental estratégica do empreendimento.

Desde logo, porque esta figura procedimental foi consagrada no REGIME DE AVALIAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS previsto no DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, com a redacção introduzida pelo DL n.º 58/2011, de 04/05.

Ora, não estamos em presença de qualquer daqueles instrumentos de gestão territorial, cingindo-se a presente proposta a uma intervenção numa pequena parcela do território, cujas incidências em termos funcionais, ambientais, físico-formais e paisagísticos se encontram perfeitamente identificadas e balizadas em documento anexo.

De resto, o próprio regime jurídico acima mencionado, define isenções no artigo 4º, referindo expressamente que “os planos e programas (...) em que se determine a utilização de pequenas áreas a nível local e pequenas alterações aos planos e programas (...) só devem ser objecto de avaliação ambiental no caso de se determinar que os referidos planos e programas são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos previstos no n.º 6 do artigo anterior.”

Ou seja, encontra-se objectivamente afastada a hipótese legal de exigência de avaliação ambiental estratégica, conforme os serviços municipais certa e oportunamente irão reconhecer.

4. Missão, Visão e Compromisso

A Missão da ITEC centra-se nas respostas às necessidades dos nossos clientes com soluções que criem valor, seja recorrendo às nossas representadas, seja desenvolvendo a solução à medida do cliente, trabalhando em parcerias de longo termo com clientes e fornecedores.

A nossa Visão é sermos uma organização socialmente responsável, com membros orgulhosos de a integrarem e de parceiros que reconheçam o seu trabalho, visando expandir a actividade para mercados internacionais, fornecendo soluções completas de produção.

A maior aposta da ITEC para os próximos 5 anos é reforçar a sua posição no mercado nacional e internacional. A estratégia de crescimento da empresa implica a criação de novas áreas de negócio, o reforço da sua atividade de I&D, a criação de produtos próprios e o apoio à criação de *start-ups*.

Estamos também atentos ao nosso enquadramento sócio-económico e não deixaremos de intervir enquanto entidade responsável e comprometida com a sociedade e com o ambiente.

5. Conclusão e Pedido

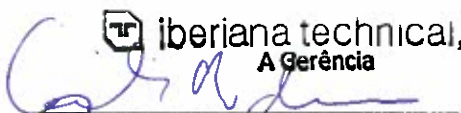
Por todas as razões antes explicitadas, a pretensão da ITEC, para além de absolutamente legítima, reveste-se de inequívoco interesse municipal, sendo, por isso, o seu futuro empreendimento, subsumível no regime excepcional dos empreendimentos estratégicos consagrado nos artigos 31º a 33º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (RPDMB), designadamente pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, pelo elevado carácter inovador da actividade desenvolvida e que se pretende expandir e, finalmente, porque se trata de investimento numa indústria de forte pendor tecnológico, que se estima em cerca de 3.000.000 € (três milhões de euros).

Assim, solicita-se:

- a) O reconhecimento pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal do respectivo interesse público estratégico, nos termos previstos no artigo 31º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (RPDMB);
- b) A confirmação, pela Câmara Municipal, de que não é exigível o procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, submetendo a proposta de reconhecimento do interesse público estratégico a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos estabelecidos legalmente para os planos de pormenor, devendo após a sua conclusão, a Câmara Municipal ponderar e divulgar os respetivos resultados e, se for caso disso, alterar o sentido da sua decisão e/ou reconfigurar o teor da proposta a apresentar à Assembleia Municipal.

Braga, 31 de Março de 2017

O representante legal da requerente,


 António Pedro Iglecias Vile Boz
 A Gerência

CONFERIR A ASSINATURA PELO B.I.	
10061010	até 26/11/2019
N.º 09311683	até 13/4/2021
Pago pela guia n.º 009/7553/2017	
Vistoria _____	

15
A.F.

EMPREENDIMENTO DA IBERIANA TECHNICAL, LDA – ITEC
Lomar, Braga

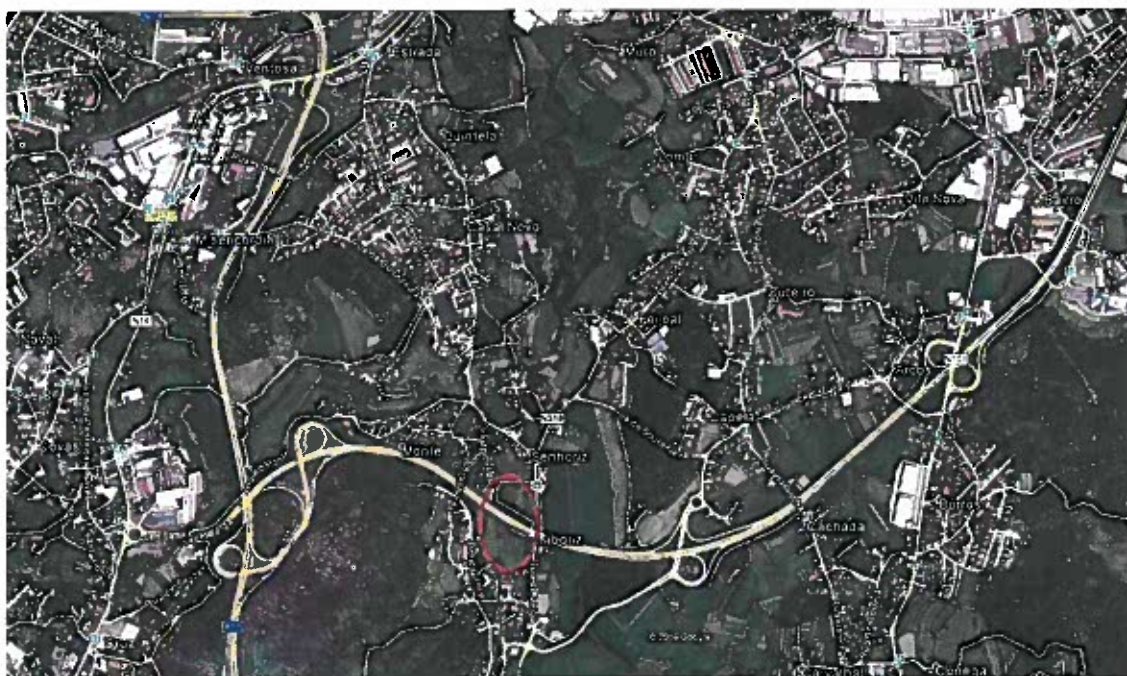
AValiação de Incidências Territoriais

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende avaliar as incidências no território do empreendimento que a firma IBERIANA TECHNICAL, LDA, NIPC 507672828, com sede na rua da Quintã, Lote 13, Frossos, Braga, pretende levar a efeito na rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos, Braga. A parcela de terreno onde se pretende implantar o empreendimento industrial tem a área de 39.337m².

De acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 32º do regulamento do PDM do concelho de Braga, tendo em vista a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico por parte do Município para o empreendimento previsto, elaboramos o presente estudo de incidências territoriais.

Uma vez que não existe legislação própria que determine as condições e parâmetros para a elaboração deste tipo de estudo, tivemos por base legislação similar sobre planos e projectos de outra índole. Embora tenham outra dimensão e abrangência, bem como outras condicionantes e objectivos de protecção como a Rede Natura, fizemos as devidas adaptações ao caso em estudo, de relevância e impacto muito diferente.



Localização: 41º 31' 02.17"N; 8º 26' 06.67"W



Limite da parcela antes da cedência para a autoestrada



Limite da parcela após a cedência para a autoestrada



Levantamento topográfico

A - Incidências funcionais

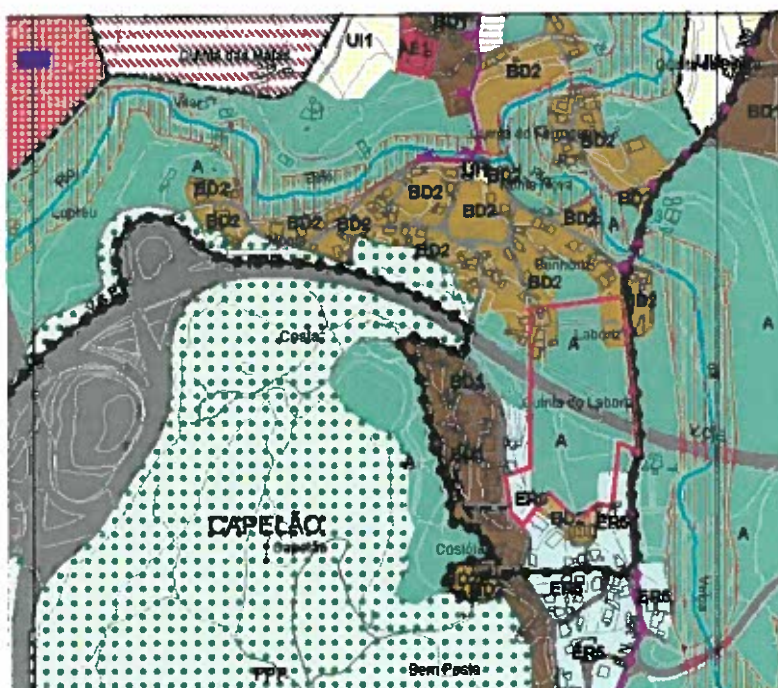
As incidências territoriais ao nível funcional visam avaliar o impacto previsto do empreendimento no desenvolvimento da sua actividade, analisando as vertentes mais significativas de forma objectiva, de modo a facultar elementos para uma ponderação efectiva da real incidência do equipamento no território, ao nível do local onde se insere.

A relação do empreendimento com a envolvente, a todos os níveis e, neste caso, ao nível das funções que ali se desenvolvem e coabitam é fundamental para averiguar

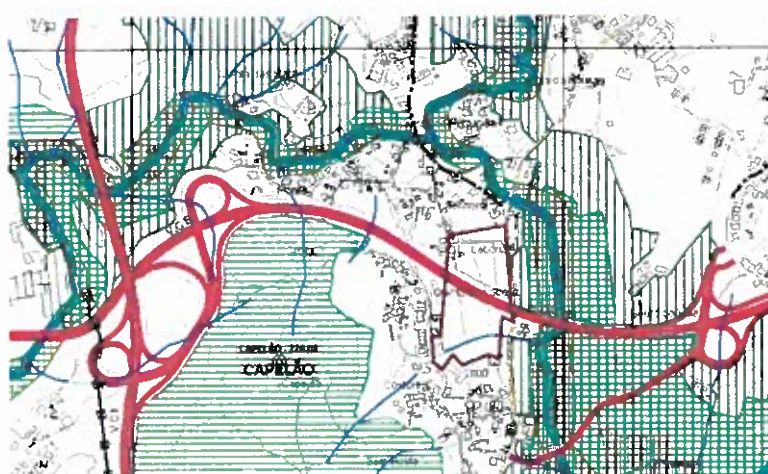
da possibilidade da sua integração, sem prejudicar e até contribuir para melhorias significativas para todos os actores que, no local, desenvolvem as suas actividades.

Poderemos também aferir do grau de perturbação ou de incremento das actividades já desenvolvidas no local. Veremos a incidência dominante e, desta forma, estaremos em condições de fazer um juízo de valor acerca da pertinência da instalação deste empreendimento no local.

1. Classificação e qualificação do solo no Plano Director Municipal



Planta de Ordenamento



Planta de condicionantes

No Plano Director Municipal, o terreno, que integra a parcela em causa, está classificado como solo urbano e rural. O solo urbano ocupa as áreas construídas, como a casa da quinta e outras construções de apoio. Ocupa também áreas que constituem prolongamento e colmatção de áreas edificadas. O solo rural ocupa a área central da parcela e uma parte que confronta com a EN 309.

Quanto a qualificação, o solo urbano integra as categorias de espaço residencial 5 e espaços de baixa densidade 2. O solo rural integra espaços agrícolas. Não existe qualquer reserva nacional sobre o terreno como condicionante.

A estrutura, fortemente marcante e condicionadora, é a autoestrada que cruzou a propriedade sensivelmente a meio. O impacto desta infraestrutura é brutal. Em grande parte, apoia no terreno, outra parte, menor, foi construída em viaduto.

A presença desta via rápida alterou por completo a tipologia, a morfologia e a vivência desta quinta. A sua essência alterou-se radicalmente. Perdeu o seu carácter e a sua identidade. De uma quinta marcadamente de exploração agrícola e pecuária, típica do Minho, com os seus 4 hectares, com pastagens e vinha, passou a ser um espartido de terrenos. Ficou, de um lado, a casa antiga da quinta e uma parte da parcela anexa, do outro lado da autoestrada, com passagem por baixo do viaduto, uma outra parte da parcela, prestes a ver crescer silvas e mato. Junto ao caminho municipal, a Sul, uma parte da parcela destinada a construção, ladeando outras já edificadas.

As condições que reunia para o cultivo deixaram de existir. Os caminhos das águas para a rega perderam-se ou ficaram obstruídos, os caminhos rurais foram suprimidos ou alteraram-se para vias de tráfego automóvel.

Aquelas condicionantes físicas aliadas às alterações drásticas do mercado levaram ao estado actual dos terrenos. O mercado, desde que se tornou mercado comum com os outros países europeus, dificultou enormemente a actividade agrícola. A rentabilidade da produção caiu vertiginosamente, não compensando as despesas para produzir o que quer que seja.

O artigo 36º do regulamento do Plano Director Municipal estabelece o regime de edificabilidade no solo rural, espaços agrícolas. Refere que a edificabilidade é possível desde que nas seguintes condições:

- "1| A construção, ampliação ou alteração não afete negativamente a produção, a paisagem, a arquitetura e o ambiente;
- 2| As operações urbanísticas se localizem, sempre que possível, na área menos produtiva da parcela e na proximidade de construções existentes na sua envolvente, preferencialmente, numa faixa contígua aos arruamentos públicos, com 40m de afastamento máximo ao eixo da via, evitando a dispersão dos aglomerados, sem prejuízo do disposto na lei;
- 3| Exceciona-se do número anterior o caso das instalações agropecuárias;
- 4| O prédio seja servido por uma via pública com uma frente mínima de 20m;
- 5| Exceciona-se do número anterior, os casos de colmatção urbana, situação para a qual a edificação terá que se localizar numa faixa contígua aos arruamentos públicos, com 40m de afastamento máximo ao eixo da via, e terá que ficar

compreendida por duas construções existentes legais, cujo afastamento entre si seja inferior ou igual a 100m;

6| A linguagem arquitetónica, a configuração volumétrica da construção e da cobertura, bem como os materiais a aplicar ao edificado, devem garantir uma adequada inserção no contexto arquitetónico, urbanístico e paisagístico em que se insere a intervenção”.

2. Função do empreendimento da ITEC

A função desta unidade visa a concepção e produção de máquinas especializadas, na prossecução de determinada tarefa mecânica. São produzidos por encomenda conforme as necessidades dos clientes, grandes empresas da área tecnológica, nacionais e estrangeiras. O trabalho de transformação é basicamente a montagem de peças e a criação de software para comandar essas máquinas ou robots.

Quanto ao movimento diário de viaturas, verificamos que haverá, entrada de trabalhadores pela manhã, saída de trabalhadores pelo fim da tarde.

Partida e chegada de técnicos que vão ao local onde o cliente precisa da máquina para estudarem as funções que a nova máquina terá de executar.

Chegada e partida de carrinhas e/ou pequenos camiões que transportam peças.

Pontualmente, chegada e partida de carrinhas ou pequeno camião para carregar a máquina produzida e levá-la ao destino.

A ITEC precisa de uma área edificada de 4000m² de construção, sendo que a área de implantação será de 3000m². A construção que é necessário levar a cabo não afeta negativamente a produção agrícola, porque efectivamente o solo, por força das alterações acima descritas, não possui as características que tinha para produção.

A intervenção não afecta a paisagem, nem a arquitetura e nem o ambiente, como veremos abaixo, porque a topografia do terreno permite receber a edificação de modo a que a paisagem actual do local não fique prejudicada pela presença do volume a construir. O local está fortemente marcado pela passagem da autoestrada. A edificação surgirá junto àquela infraestrutura de grande impacto, imediatamente a seguir à sua área de proteção. Ficará em grande parte embutida no terreno. Com uma cêrcea que não ultrapassará os dois pisos acima da cota de soleira, a presença da obra de arte em viaduto que suporta a autoestrada será sempre muito superior em altura e em impacto.

A operação urbanística que se pretende localizar-se-á na área menos produtiva da parcela, na proximidade de construções existentes na sua envolvente. Será implantada, numa faixa contígua ao arruamentos público, a EN 309, no espaço vazio entre esta via, a autoestrada e as edificações a Sul e Poente, evitando a dispersão dos aglomerados.

O prédio é servido por uma via pública, com uma frente de 220m com estrada nacional 309;

A edificação a erigir será uma peça importante na colmatação urbana e ocupação do território, como referimos, por vir preencher um espaço vazio circundado por habitações a Norte, Sul e Poente, com a estrada nacional 309 a Nascente e com a autoestrada sensivelmente a meio da propriedade, no sentido Nascente - Poente.

A linguagem arquitetónica, a configuração volumétrica da construção e da cobertura, bem como os materiais a aplicar ao edificado, garantem uma adequada inserção no contexto arquitetónico, urbanístico e paisagístico em que a intervenção se localiza.

A função a desenvolver pela ITEC na nova unidade cuja edificação pretende neste espaço, adequa-se ao local, não perturba nem prejudica as vivências actuais que ali se verificam. Antes, a sua presença será um factor de agregação e consolidação daquela área residencial pela integração e interacção, desde logo pelos postos de trabalho criados e pela consequente presença de novas pessoas no local durante o dia e eventualmente pela atração de novos residentes.

O desenvolvimento da actividade desta empresa não cria fluxos de tráfego elevados. Apenas os acima descritos, pontuais e distribuídos por todo o dia. A ligação franca à EN 309 permite que o tráfego se faça por esta via, não interferindo com os caminhos municipais que permitem aceder às moradias existentes nas imediações. Ainda que o acesso a este empreendimento se fizesse por essas vias secundárias, dada o reduzido volume de tráfego gerado, não constituiria qualquer constrangimento para o local.

B - Incidências ambientais

Os estudos de incidências ambientais devem enunciar os impactes locais dos projectos e das respectivas instalações acessórias, através da identificação das principais condicionantes existentes e dos descritores ambientais susceptíveis de serem afectados, bem como prever medidas de monitorização e medidas de minimização e recuperação das áreas afectadas, a implementar em fase de obra.

O estudo de incidências ambientais deverá ser desenvolvido de acordo com o tipo de projecto, contendo a respectiva caracterização e a situação de referência ambiental do local de instalação, de modo a permitir a identificação e avaliação das incidências ambientais mais significativas nas fases de construção e exploração, apontando as medidas de minimização. (Adaptado da Portaria n.º 295/2002, de 19 de Março).

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, a propósito dos seus objectivos, que são “contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território nacional, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais”, estabelece, no

âmbito daquele diploma, a definição de Análise de Incidências Ambientais, nas definições constantes no artº 3º “«Análise de incidências ambientais»: recolha e reunião de dados tendo em vista a identificação e previsão dos efeitos, nomeadamente sobre a fauna, a flora e os habitats, decorrentes de quaisquer acções, planos ou projectos, individuais ou em conjunto, com identificação ou propostas de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, e que é efectuada antes de ser tomada uma decisão sobre a sua execução”;

Por analogia e, *mutatis mutandis*, podemos seguir esta indicação na análise de incidências ambientais quanto ao empreendimento que aqui se solicita seja considerado estratégico para o Município de Braga.

O guia da Comissão Europeia (CE, 2011) sobre AincA – Avaliação de Incidências Ambientais sobre projectos, planos ou programas, no âmbito da rede Natura 2000, propõe o desenvolvimento de uma Avaliação de Incidências Ambientais ao longo das seguintes fases:

“1 - Análise – Processo que identifica os impactos presumivelmente exercidos num Sítio Natura 2000 por um plano ou projeto, individualmente ou em conjugação com outros planos e projetos, e que pondera se esses impactos são suscetíveis de afetar o Sítio de forma significativa;

2 - Avaliação adequada – Ponderação do impacto exercido na integridade do Sítio Natura 2000 pelo plano ou projeto, individualmente ou em conjugação com outros planos e projetos, no que se refere à estrutura e à função do Sítio e aos objetivos de conservação que ele visa; adicionalmente, se houver impactos adversos, avaliação da potencial atenuação desses impactos;

3 - Avaliação de soluções alternativas - Processo que analisa vias alternativas para alcançar os objetivos do plano ou projeto evitando impactos adversos na integridade do Sítio Natura 2000;

4 - Avaliação de impactos adversos remanescentes - Avaliação de medidas compensatórias se, à luz de uma avaliação das “razões imperativas de reconhecido interesse público” (RIRIP), se considerar que o plano ou projeto deve prosseguir. A nível nacional, foram desenvolvidas várias metodologias, desde guias de boas práticas de AIA a manuais específicos para determinadas tipologias de projetos.”

Com as necessárias adaptações podemos seguir esta metodologia. Assim quanto à recolha e reunião de dados tendo em vista a identificação e previsão dos efeitos do projecto bem como à análise dos impactos presumíveis e o grau em que afectam o local, consideramos o seguinte:

1. Solo e topografia

O solo, de acordo com a classificação dos solos de Portugal caracteriza-se por ser litólico húmico, de climas montanos. São solos pouco evoluídos de rochas não calcárias, também ditos cambissolos. É o tipo de solo próprio no Minho. Com a presença do equipamento não sofrerá qualquer alteração ou agressão. A construção será devidamente isolada do solo. Não haverá quaisquer passagens de fluídos para o mesmo. Todos os resíduos serão, de acordo com as normas em vigor, devidamente canalizados para as redes próprias.

Quanto à permeabilidade, esta estará garantida muito acima dos mínimos estipulados pelo Plano Director Municipal. A edificação ocupará apenas cerca de 3000m² de área. As zonas de circulação e estacionamento serão projectadas de forma a minimizar a impermeabilização do solo

A topografia do terreno é caracterizada por ter algum declive no sentido Poente-Nascente, descendo em direcção à EN309. Esta característica orográfica é muito benéfica para se conseguir uma integração harmoniosa da edificação e, pese embora a sua área e o seu volume, não haverá impacto negativo nas edificações contíguas – moradias unifamiliares. Na verdade, conseguir-se-á um enquadramento topográfico de encaixe ou encastramento do edifício no terreno, aproveitando o declive, em tudo favorável para uma óptima relação do edifício com a via pública habilitante, a Nascente, e reduzindo a sua presença nas vertentes Sul e Poente, onde se encontram as moradias.

2. Água

A água, como elemento fundamental integrante do ambiente tem de ser considerada nas suas diversas vertentes. A água dos lençõs freáticos não sofrerá qualquer prejuízo. A infiltração e permeabilidade do solo estão garantidas. Também a sua qualidade não será colocada em causa por este equipamento quer em obra, quer depois de construído, durante a sua laboração. A água das chuvas também será mantida no seu curso e trajectos existentes. As áreas de infiltração serão garantidas. Não haverá interferência no ciclo natural da água.

3. Qualidade do Ar

A qualidade do ar não será afectada com este tipo de indústria porque se trata de uma indústria não poluente. Não haverá qualquer tipo de fumos ou libertação de gases para a atmosfera. Os trabalhos a desenvolver por esta empresa serão de índole de concepção intelectual de máquinas e de software e a subsequente assemblagem de peças para construção da máquina necessária.

4. Clima

O clima também se manterá com as mesmas características que possui actualmente. Não haverá qualquer acção prejudicial para o clima, quer durante a obra, quer durante a exploração com as actividades desenvolvidas. A aplicação de painéis solares contribuirá para esse reforço da harmonia ente o edifício e o clima, não esquecendo a questão energética cujas opções também contribuirão para o equilíbrio bioclimático.

5. Ruído

O empreendimento industrial previsto não gerará qualquer ruído especial. Visitamos as actuais instalações em laboração e foi possível constatar a inexistência de ruídos dignos de registo, quer no exterior, que no interior da unidade.

Os trabalhos desenvolvidos produzem um ruído impercetível no exterior. No interior, o ruído que testemunhamos assemelha-se ao ruído comum existente dentro de uma qualquer moradia.

C - Incidências físico-formais

As incidências do ponto de vista físico serão reduzidas. A intervenção tenderá a estabelecer uma relação harmoniosa com a envolvente. Ficará integrada mas suficientemente afastada das moradias para estabelecer com o edificado envolvente uma simbiose relacional pacífica.

A sua relação com a autoestrada será tão somente visual e de volume. A sua presença é inócua para a via, por se encontrar em cota muito abaixo da plataforma de circulação.

O projecto a conceber irá prever medidas de atenuação de alguma dissonância volumétrica entre as edificações existentes e a proposta, tendo em vista manter as características físicas do local.

As áreas, integrantes da parcela mas que ficarão livres de construção terão um tratamento adequado ao meio físico envolvente. Serão previstas zonas ajardinadas e arborizadas, em dimensão e volume que mantenha e até incremente o carácter do local.

Actualmente existe no terreno um número muito reduzido de árvores. Depois da intervenção, deseja-se que esse número seja significativamente mais elevado e com espécies autóctones.

Este espaço possui características físicas de certa ruralidade permeada com meio urbano da periferia da cidade. Existem, nas proximidades, áreas de logística, comércio e serviços e também indústria de grande dimensão, aliás, clientes da requerente, como o grupo Bosch. Esta tipologia, que congrega um pouco de todos os usos no mesmo espaço, muito frequente no nosso concelho e mesmo em todo o Norte e Centro do país, também se verifica neste local.

Com a implementação deste empreendimento, as condições físico-formais do local não serão alteradas de forma significativa. Será mais um interveniente que se implanta no território, próximo dos seus clientes e com condições necessárias à prossecução da sua acção, potenciando o desenvolvimento económico do concelho e contribuindo para a melhoria das condições de vida dos residentes.

Saliente-se que esta acção se levará a cabo sem prejuízo das condições físicas e ambientais. Esta condição é essencial em todo o estudo e desenvolvimento deste projecto.



Para a Iberiana Technical Lda não faria sentido ser de outra forma. A formação dos seus responsáveis e a cultura de respeito e defesa dos valores patrimoniais, naturais e ambientais, que perseguem garante uma preocupação inexcedível neste campo.

A empresa orgulha-se das suas responsabilidades sociais que já desenvolve e continuará a desenvolver no âmbito social, ambiental, cultural e filantrópico.

As infraestruturas existentes no local são suficientes para o desenvolvimento da acção desta empresa. Não haverá sobrecarga das infraestruturas em nenhuma dimensão, nem viária, nem de abastecimentos de água, energias ou telecomunicações. Também as infraestruturas de recolha e drenagens existentes suportam perfeitamente a presença desta indústria, dado que esta não exige drenagens específicas de efluentes industriais. Os resíduos produzidos a drenar são equivalente ao uso doméstico. As águas pluviais, como referimos, poderão infiltrar-se no vasto terreno livre permeável não constituindo uma sobrecarga.

D - Incidências paisagísticas

Em termos paisagísticos, a implementação deste empreendimento que inclui a construção de um edifício com 3.000m² de implantação e com o máximo de 2 pisos, cénica de 7m, a que corresponderá uma volumetria na ordem dos 21.000m³ terá um impacto controlado, como ante referimos, pela integração de grande parte desta volumetria no terreno, aproveitando o desnível topográfico e conseguindo, assim, embutir grande parte da construção.

Como também já salientamos atrás, a paisagem está muito marcada pela presença da autoestrada. Esta infraestrutura penetrou no território de forma abrupta e de modo acentuado sobre esta parcela. Depois disto, o que se conceber neste local está irremediavelmente condicionado e subordinado a esta grande obra pública.

A paisagem conta agora com aquele elemento estranho que foi obrigada a acolher. O edifício que se proporá para o local virá amenizar a presença hercúlea da dita obra. Estabelecerá uma transição de construções, fazendo a mediação entre a enormidade da autoestrada e a dimensão das moradias unifamiliares. Ao nível de harmonia de escala, a paisagem ficará a ganhar porque o edifício deste empreendimento estabelecerá um equilíbrio e uma relação visual e volumétrica entre a autoestrada e o ambiente próprio local.

Se numa visão apriorística o volume a criar seria de grande impacto, visto e enquadrado no local, torna-se, de facto um elemento integrado e apaziguador de relações estranhas criadas pelo elemento novo – a autoestrada - que ali se instalou sem qualquer preocupação de adequação e integração no local.

Este empreendimento constituirá também uma oportunidade de intervenção para melhorar a integração da dita via rápida. Tem também uma missão e um serviço

público nesta dimensão de relacionamento visual e volumétrico da infraestrutura pública com a natureza e idiossincrasia do local.

Nas fotos seguintes assinalamos o local da intervenção. Podemos, desta forma, avaliar a possível relação paisagística e de integração do empreendimento proposto. Vemos a sua possível relação com a autoestrada e com o edificado existente.



Vista de Nascente para Sul/Poente



Vista de Norte para Sul/poente



Vista de Sul para Norte/Nascente



Vista de Poente para Nascente

CONCLUSÃO

A avaliação das incidências territoriais nas dimensões abordadas, a nível funcional, ambiental, físico-formal e paisagístico é francamente positiva.

O espaço em estudo é capaz de receber este empreendimento sem ser prejudicado ou afectado negativamente. As suas características originais, alteradas há cerca de uma década, pela passagem da autoestrada, conferem-lhe essa capacidade multifacetada de receber a construção de um volume superior ao dominante no local, bem como uma função complementar e não colidente com a predominante função residencial.

Os pontos negativos gerados pela implantação do empreendimento serão mitigados pela presença e reforço de elementos autóctones, quer construídos, como muros de alvenaria de granito, quer naturais, vegetação rasteira e cortinas arbóreas.

As incidências territoriais serão marcadas por um reduzido impacto ambiental e paisagístico, estudado e que será minimizado, e pela valorização económica e social gerada, bem como pela mais-valia físico-formal da proposta.

Braga, 31 de Março de 2017,

O técnico,

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, arquitecto

Inscrito na Ordem dos Arquitectos sob o nº 13794

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: PP-1374-55038-030323-001528

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 40707, Livro N.º: 113

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

ISTO

DENOMINAÇÃO: QUINTA DE LABORIZ

SITUADO EM: Lugar de Laboriz, Senharia, Labarez ou Laburiz

ÁREA TOTAL: 39337 M2

ÁREA COBERTA: 570 M2

ÁREA DESCOBERTA: 38767 M2

MATRIZ n.º: 198 NATUREZA: Urbana

FREGUESIA: Lomar e Arcos.

MATRIZ n.º: 200 NATUREZA: Urbana

FREGUESIA: Lomar e Arcos.

MATRIZ n.º: 312 NATUREZA: Rústica

FREGUESIA: Lomar e Arcos.

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Duas casas, sendo uma de rés do chão e andar, com a área coberta de 350 m2 e outra de rés do chão e andar com a área coberta de 150 m2, coberto com 10 m2, e corte com 60 m2, e terreno de cultura com a área de 38.767 m2.

Vizinha: Domingos Gonçalves Júnior; sul, José Gonçalves Nogueira; nascente, estrada; poente, muro público.

Formado pela anexação dos descritos sob os n.ºs 2858, 2859, 2860 e 2868, livro B-16; 18015, livro B-54 e 31472, B-88.

O(A) Conservador(a)

Carlos Alexandre Braga Barroso Marques Barbosa

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 1 de 1909/05/03 - DOTE

ABRANGE 9 PRÉDIOS

QUEITO(S) ATIVO(S):

* ANTÓNIA FERNANDES JORGE

Casado/a com FORTUNATO JORGE GUIMARÃES

Endereço: Rua do Salitre, 336



Certidão Permanente

Código de acesso: 7578-7352-2879

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 507672828

Firma: IBERIANA TECHNICAL, LDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede: RUA DA QUINTÃ, LOTE 13

Distrito: Braga **Concelho:** Braga **Freguesia:** Merelim (São Pedro) e Frossos
4700 023 BRAGA

Objecto: Comércio, importação e exportação de material, equipamento, vestuário e acessórios de proteção para a indústria automóvel, eletrónica, metalomecânica, plásticos e montagem geral. Atividades de formação profissional na área de proteção eletrostática, soldadura e tecnologia eletrónica. Desenvolvimento e fabrico de máquinas e sistemas e teste para a indústria automóvel, eletrónica, plásticos, montagem e outras áreas não especificadas. Automação de processos industriais. Projeto e construção de linhas de montagem automáticas e manuais.

Capital: 100.000,00 Euros

CAE Principal: 46690-R3

CAE Secundário (1): 28992-R3 **CAE Secundário (2):** 29320-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Forma de Obrigar: É necessária a intervenção de dois gerentes

Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES

NIF/NIPC: 199020418

Cargo: gerente

Nome: ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA

NIF/NIPC: 202061205

Cargo: gerente

Nome: PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO

NIF/NIPC: 214894070

Cargo: gerente

Nome: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA

NIF/NIPC: 200918575

Cargo: gerente

Conservatória onde se encontram depositados os